



1º Encontro do Observatório da Pesquisa

# **OBSERVATÓRIO DA PESQUISA**

## ANAIS DO I ENCONTRO DO OBSERVATÓRIO DA PESQUISA

<https://doi.org/10.5281/zenodo.19498172>

### Expediente

#### Mantenedores

Dr. Fernando Costa V.M.

Cláudia Aparecida Pereira

#### Representante da Mantenedora

Me. Murilo Mendes Ângelo

Reitora: V.M. Cláudia Aparecida Pereira

#### Responsável Editorial

Prof.<sup>a</sup> Me. Célia Magalhães de Souza

Diretoria de Pesquisa Extensão e Publicações da UNIESP

Diretor: Prof.Dr. Márcio Magalhães Fontoura

Editor-Geral de revistas:

Prof. Dr. João A. Campato Jr.

Bibliotecário

Geral: Prof. Me. Edilson Gomes Teles Jr. ID Lattes: 2347254321979916ORCID:

<https://orcid.org/0009-0005-0959->

#### Equipe Editorial

Editora Chefe Profa. Mestre Célia Magalhães de Souza – PUC/SP

celia.souza@uniesp.edu.br

Profa. Mestre Roseli de Lourdes gomes - UNIESP.S.A.

roseli.gomes@uniesp.edu.br

Prof. Doutor Marcio Magalhães Fontoura – PUC/SP.

marcio.fontoura@uniesp.edu.br

Profa. Mestre Iara Grandino

iara.grandino@uniesp.edu.br

## Ficha Catalográfica

O12e

I Encontro do Observatório da Pesquisa. (1.: 2025: São Paulo, SP)

Anais (do) 1º Encontro do Observatório da Pesquisa da Uniesp S.A. 2025 / Organização Célia Magalhães de Souza, Roseli de Lourdes Gomes, Marcio Magalhães Fontoura, Iara Grandino. -- 1. ed. -- São Paulo: Uniesp, 2026

Vários Autores.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-66006-26-1

1. Direito. 2. Congresso. 3. Extensão e publicações. 4. Pesquisa científica I. Souza, Célia Magalhães de. II. Gomes, Roseli de Lourdes. III. Fontoura, Marcio Magalhães. IV. Grandino, Iara. V. Título.

CDD 340.6

Elaborado por Shiron Monika Mariano CRB8/9458

## **Editorial**

É com muito prazer que apresentamos os Anais do I ENCONTRO DO OBSERVATÓRIO DA PESQUISA.

O encontro teve como objetivos:

- Proporcionar às Instituições de Ensino pertencentes à UNIESP S/A compartilhar seus projetos de pesquisa;
- Propiciar a difusão das pesquisas realizadas pelos diversos cursos;
- Propiciar um aprendizado sobre a organização dos projetos de pesquisa;
- Estimular a publicação dos melhores trabalhos de pesquisa.

E contou com a participação das Instituições de Ensino do Grupo UNIESP trazendo assuntos das diversas áreas de conhecimento propiciando a interação entre as unidades e trazendo diversas discussões sobre os projetos desenvolvidos nas unidades.

O encontro aconteceu no período de 08 a 10 de setembro.

## **Sumário**

<b>A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E O PAPEL DO OPERADOR JURÍDICO .....</b>	<b>07</b>
<b>A EFETIVIDADE DAS LEIS AMBIENTAIS BRASILEIRAS FRENTE AO GARIMPO ILEGAL EM TERRAS YANOMAMI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....</b>	<b>10</b>
<b>A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E A PRODUÇÃO DE LIVROS .....</b>	<b>13</b>
<b>ANIMAIS DOMÉSTICOS COMO SUJEITOS DE DIREITOS .....</b>	<b>16</b>
<b>GAMIFICAÇÃO E METODOLOGIAS ATIVAS: UMA ABORDAGEM INOVADORA PARA O ENSINO SUPERIOR .....</b>	<b>20</b>
<b>LINGUAGEM JURÍDICA INCLUSIVA NO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL.....</b>	<b>23</b>
<b>METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO MÉDICO: OPORTUNIDADES E BARREIRAS PARA ACADÊMICOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....</b>	<b>27</b>
<b>PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE LESÕES POR PRESSÃO EM IDOSOS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA.....</b>	<b>30</b>
<b>EFEITOS DA SOBRECARGA EMOCIONAL E FÍSICA NO SURGIMENTO DO BURNOUT EM ENFERMEIROS DA UTI ADULTO.....</b>	<b>34</b>
<b>PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO</b>	

<b>PRIMÁRIA À SAÚDE .....</b>	<b>37</b>
<b>SÍNDROME DE ABSTINÊNCIA NEONATAL: AVALIAÇÃO DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM E PROTOCOLOS DE INTERVENÇÃO NAS UNIDADES NEONATAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>LER E ESCREVER: UMA FERRAMENTA NAS AULAS DE MATEMÁTICA.....</b>	<b>45</b>
<b>O ATIVISMO JUDICIAL NA APLICAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL COMO CAUSA DE INSEGURANÇA JURÍDICA.....</b>	<b>49</b>
<b>A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NA ERA DIGITAL: IMPACTOS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA PROFISSIONAIS E EMPRESAS....</b>	<b>51</b>
<b>DIVERSIDADE SEXUAL E A INCLUSÃO DE GRUPOS ESTIGMATIZADOS EM VIRTUDE DA IDENTIDADE DE GÊNERO: A FUNÇÃO DO DIREITO NESTE CONTEXTO .....</b>	<b>57</b>

## **A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E O PAPEL DO OPERADOR JURÍDICO**

Gabriela Mota Cantuária<sup>1</sup>  
Grazielly Rosana Leal de Souza<sup>2</sup>  
Mariana Aparecida Estevão da Silva<sup>3</sup>  
Rosiane Cristina Oliveira Leite dos Santos<sup>4</sup>  
Gleiciane Silva Santos Ozio<sup>5</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho analisa a efetivação dos direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito, considerando os desafios contemporâneos e o papel do operador jurídico. O objetivo central é compreender os obstáculos que dificultam a plena concretização dos direitos, mesmo diante de sólida previsão constitucional. Utilizou-se o método bibliográfico e documental, com base em legislações, tratados internacionais e obras jurídicas. A pesquisa aborda diversos ramos do Direito: no Constitucional, a teoria e a eficácia dos direitos fundamentais; no Civil, os direitos da personalidade e a dignidade da pessoa humana; no Penal e Processual Penal, as garantias do devido processo legal e a presunção de inocência; no Trabalhista, os princípios da igualdade e não discriminação; no Administrativo, os princípios constitucionais e o controle estatal; no Tributário, a justiça fiscal e a isonomia; no Ambiental, a proteção ao meio ambiente equilibrado; e no Internacional, a relevância dos direitos humanos e da cooperação global. Os resultados apontam que a efetividade dos direitos depende de políticas públicas, acesso à justiça e da atuação crítica dos operadores jurídicos, que devem integrar sua prática ao compromisso democrático e social. Conclui-se que a proteção da dignidade humana exige esforços conjuntos de instituições e sociedade, fortalecendo a democracia e promovendo justiça social.

**Palavras-chave:** Direitos Fundamentais; Estado Democrático de Direito; Operador Jurídico; Efetividade; Justiça Social.

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Graduação em Direito - Faculdade Boituva

<sup>2</sup> Aluna do curso de Graduação em Direito - Faculdade Boituva

<sup>3</sup> Aluna do curso de Graduação em Direito - Faculdade Boituva

<sup>4</sup> Aluna do curso de Graduação em Direito - Faculdade Boituva

<sup>5</sup> Professora Coordenadora do Curso de Direito Faculdade Boituva

## **Introdução**

A introdução do estudo situa a importância dos direitos fundamentais como base da democracia brasileira. Apesar de previstos constitucionalmente, sua aplicação enfrenta entraves estruturais, como desigualdade social, violação de garantias e falhas institucionais. O trabalho justifica-se pela necessidade de compreender esses desafios e destacar o papel transformador do operador jurídico na efetivação da dignidade humana.

## **Metodologia**

A pesquisa adota o método bibliográfico e documental, fundamentando-se na Constituição Federal de 1988, tratados internacionais e doutrina jurídica. O estudo se desenvolve de forma interdisciplinar, analisando a contribuição de diferentes ramos do Direito na proteção e promoção dos direitos fundamentais.

## **Resultados e Discussão**

Os resultados apontam que a efetividade dos direitos fundamentais demanda mais do que previsões legais: depende da criação de políticas públicas eficazes, da atuação crítica de advogados, promotores, juízes e defensores públicos, e da superação de obstáculos como a desigualdade no acesso à justiça, a precariedade do sistema prisional e a necessidade de justiça fiscal. A interdisciplinaridade jurídica é essencial para interpretar a dignidade humana em diferentes contextos.

## **Conclusão**

Conclui-se que os operadores jurídicos são agentes centrais na concretização dos direitos fundamentais, atuando como garantidores da dignidade e da justiça social. O fortalecimento democrático exige sua ação crítica, ética e comprometida, bem como a cooperação entre Estado e sociedade civil para enfrentar desafios contemporâneos como desigualdade, proteção ambiental, avanços tecnológicos e garantia do acesso à justiça.

## **Agradecimentos**

Agradecemos à Faculdade de Boituva – FIB e aos docentes que orientaram a realização deste trabalho, bem como às instituições de ensino e pesquisa que disponibilizam conteúdos acadêmicos de livre acesso.

## **Referências**

SANTOS, Maria Clara. *A proteção do direito à imagem*. Jusbrasil, 2025. ARRUDA, Alyne. *Garantias fundamentais aplicáveis ao processo penal*. Jusbrasil, 2023. LOPES, Gisele Ferreira. *Desigualdade no acesso à justiça no Brasil*. Migalhas, 2023. FRANTZ, Sâmia. *Direito Administrativo: conceito, princípios, fontes e leis*. Projuris, 2024. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

## **A EFETIVIDADE DAS LEIS AMBIENTAIS BRASILEIRAS FRENTE AO GARIMPO ILEGAL EM TERRAS YANOMAMI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

Hercules Almeida de Oliveira<sup>6</sup>  
Professora Dalva Siqueira<sup>7</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho analisa a efetividade das leis ambientais brasileiras diante da crise vivida pelos povos Yanomami em 2022, marcada pela intensificação do garimpo ilegal em suas terras e pelo consequente colapso humanitário. Apesar do arcabouço jurídico robusto, consagrado na Constituição Federal de 1988 e em legislações específicas, a ineficácia prática revelou-se no descompasso entre norma e realidade. O estudo discute a inoperância da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a postura omissa do governo Bolsonaro e os múltiplos interesses econômicos e políticos que sustentaram o avanço do garimpo. A metodologia empregada baseia-se em revisão bibliográfica de artigos acadêmicos, relatórios oficiais e notícias jornalísticas. Os resultados indicam que a fragilidade institucional e a conivência política comprometeram a proteção socioambiental, favorecendo a atuação de redes criminosas ligadas à mineração ilegal. Conclui-se que, embora o Brasil possua legislação ambiental avançada, sua efetividade depende de vontade política, recursos institucionais e fiscalização contínua, fatores ausentes no caso Yanomami.

**Palavras-chave:** Leis ambientais; Povos indígenas; Garimpo ilegal; Yanomami; Políticas públicas.

### **Introdução**

O Brasil é internacionalmente reconhecido por sua legislação ambiental avançada, especialmente após a Constituição de 1988, que consolidou o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como fundamental. Entretanto, a aplicação prática dessas normas revela-se frágil diante de pressões econômicas e políticas. Em 2022, o caso Yanomami tornou-se emblemático da desconexão entre o arcabouço legal e a realidade, com a intensificação do garimpo ilegal em terras demarcadas, a degradação ambiental e uma crise humanitária sem precedentes.

---

<sup>6</sup> Aluno do curso de Graduação em Direito – Faculdade de São Bernardo do Campo - FAPAN

<sup>7</sup> Professora Orientadora – Faculdade de São Bernardo do Campo - FAPAN

A ineficiência da FUNAI e a omissão do governo Bolsonaro agravaram o quadro, permitindo a expansão de redes criminosas e a perpetuação de violências contra os povos indígenas. Diante desse cenário, o problema de pesquisa que orienta este trabalho é: até que ponto as leis ambientais brasileiras foram eficazes na proteção da população Yanomami em 2022? O objetivo é analisar os limites da efetividade normativa, evidenciando os desafios institucionais e políticos que inviabilizaram sua aplicação.

## **Metodologia**

A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica e documental, consultando artigos científicos disponíveis em bases como SciELO e Google Acadêmico, além de relatórios do Ministério Público Federal, da ONU e de organizações não governamentais que monitoram a situação Yanomami. Também foram analisadas notícias jornalísticas e dados oficiais sobre a expansão do garimpo em 2022. A metodologia é de caráter qualitativo e crítico, com abordagem interdisciplinar, envolvendo aspectos jurídicos, políticos e sociais.

## **Resultados e Discussão**

### **1. Ineficiência da FUNAI**

A FUNAI mostrou-se incapaz de responder às demandas emergenciais da população Yanomami. Reduções orçamentárias e interferências políticas comprometeram sua autonomia e capacidade operacional, resultando em omissão diante da crise sanitária e ambiental.

### **2. Omissão do governo Bolsonaro**

A política ambiental do governo entre 2019 e 2022 priorizou a flexibilização da fiscalização e o incentivo indireto ao garimpo em terras indígenas. Essa postura consolidou um ambiente de permissividade que fortaleceu redes ilegais e fragilizou a proteção socioambiental.

### **3. Interesses por trás do garimpo ilegal**

A mineração em terras Yanomami envolveu múltiplos interesses: o econômico-criminal, que movimenta bilhões; o político, com parlamentares defendendo o garimpo como alternativa de desenvolvimento; e o agronegócio, interessado no enfraquecimento da proteção territorial para expansão de fronteiras produtivas.

### **4. Efetividade limitada das leis ambientais**

Embora a legislação brasileira seja uma das mais completas do mundo, sua efetividade mostrou-se reduzida pela ausência de fiscalização consistente e pela omissão governamental. A crise Yanomami expôs que a efetividade legal depende mais da vontade

política do que da densidade normativa.

### **Conclusão**

O caso Yanomami em 2022 revelou a fragilidade da efetividade das leis ambientais brasileiras quando confrontadas com interesses econômicos e políticos contrários à proteção socioambiental. Apesar de um aparato legal robusto, a ineficiência da FUNAI e a omissão deliberada do governo Bolsonaro favoreceram o avanço do garimpo ilegal e o agravamento da crise humanitária. Assim, conclui-se que a efetividade das normas ambientais no Brasil depende da consolidação de instituições independentes, da alocação de recursos e da reafirmação do compromisso estatal com a proteção dos povos indígenas.

### **Agradecimentos**

Agradeço à Faculdade de São Bernardo do Campo (FAPAN), em especial à professora Dalva Siqueira, pelo incentivo à pesquisa interdisciplinar e às instituições que disponibilizaram relatórios e dados sobre a crise Yanomami, fundamentais para a elaboração deste estudo.

### **Referências**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

FUNAI. Relatórios institucionais sobre a situação Yanomami (2022).

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Ações civis públicas e relatórios sobre a Terra Indígena Yanomami, 2022.

ONU. Relatórios sobre direitos humanos e povos indígenas no Brasil, 2022. Human Rights Watch. Relatório “Máfias do Ouro: Garimpo Ilegal e Povos Indígenas no Brasil”, 2022

## A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E A PRODUÇÃO DE LIVROS

Fernanda Lucindo Xavier<sup>8</sup>  
Rayane de Mattos Ribeiro<sup>9</sup>  
Natalia Cristina da Silva<sup>10</sup>

### **Resumo**

Este trabalho explora a relevância da leitura e o processo de produção de livros, destacando sua importância no desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos estudantes. A pesquisa, de cunho qualitativo e bibliográfico, visa estimular a democratização do conhecimento e da cultura através da leitura literária. A discussão aborda a ampliação de diversos gêneros textuais, a formação do professor leitor e a necessidade da prática contínua de leitura e escrita em todas as disciplinas. Conclui-se que a combinação da leitura com a produção literária aprimora o vocabulário, o pensamento crítico e a imaginação, proporcionando uma experiência enriquecedora e transformadora.

**Palavras-chave:** Leitura; Produção de Livros; Desenvolvimento Cognitivo; Educação; Literatura Infante Juvenil.

### **Introdução**

A leitura é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento humano, abrangendo não apenas a aquisição de conhecimento, mas também a formação de habilidades críticas e socioemocionais. Este estudo contextualiza a importância da leitura e da produção de livros no cenário educacional, justificando sua relevância pela capacidade de transformar indivíduos e sociedades (MAGNANI, 1995; MACHADO, 2002). O problema de pesquisa reside em como aprofundar a compreensão sobre os impactos da leitura e da criação literária no ambiente acadêmico e na formação de leitores críticos. O objetivo principal é estimular o desenvolvimento de diversas habilidades cognitivas e socioemocionais nos estudantes, ao passo que promove a democratização do conhecimento e da cultura, conforme apresentado na trajetória profissional e acadêmica das autoras (BAMBERGER, 2006).

### **Metodologia**

A metodologia empregada neste trabalho caracteriza-se por uma pesquisa de cunho qualitativo, que busca compreender em profundidade os fenômenos estudados, sem a

---

<sup>8</sup> Aluna do curso de Graduação em Direito – Faculdade de Birigui - FABI

<sup>9</sup> Aluna do curso de Graduação em Direito – Faculdade de Birigui - FABI

<sup>10</sup> Professora Doutora Orientadora

preocupação com a quantificação de dados. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico abrangente, que consistiu na análise de diversas fontes literárias e acadêmicas relacionadas à importância da leitura, à produção de livros e ao desenvolvimento educacional (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Este tipo de abordagem permite uma exploração detalhada das concepções teóricas e práticas existentes sobre o tema, fornecendo uma base sólida para a discussão e as conclusões apresentadas.

### **Resultados e discussão**

A leitura literária emerge como um catalisador essencial para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais nos estudantes. Através do contato com diferentes gêneros textuais da Literatura Infância Juvenil, os estudantes são expostos a novas perspectivas, expandem seu vocabulário e aprimoram a capacidade de interpretação e análise crítica. A formação do professor leitor é destacada como um pilar fundamental, pois docentes engajados na prática da leitura são mais aptos a inspirar seus alunos. A discussão reforça que a leitura e a escrita são atividades imprescindíveis que devem ser cultivadas por todos os educadores, configurando-se como um exercício coletivo da instituição de ensino para promover a democratização do conhecimento e da cultura (PEREIRA, 2024; FREIRE, 2011; ZILBERMAN, 1998; PERROTI, 1990). Os resultados indicam que a imersão no universo literário não só enriquece o repertório cultural, mas também fortalece o pensamento crítico e a imaginação, preparando os estudantes para desafios futuros.

### **Conclusão**

Infer-se que, por meio da leitura e da produção literária, crianças e adolescentes aprimoram significativamente o vocabulário, a capacidade escrita, o pensamento crítico e a imaginação. A combinação da construção cuidadosa de um livro com a prática da leitura resulta em uma experiência enriquecedora e transformadora. Essa sinergia permite aos indivíduos aprender, crescer e se conectar com o mundo de forma mais profunda e significativa, alcançando os objetivos propostos de estimular o desenvolvimento integral dos estudantes e promover a democratização do conhecimento e da cultura. A pesquisa reforça a ideia de que a leitura e a escrita são pilares para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados.

### **Referências**

- BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. 7. ed. São Paulo: Ática: Unesco, 2006.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez. 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os Clássicos Universais desde cedo**. RJ: Objetiva, 2002.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. Sobre ensino da leitura. **Leitura: Teoria & Prática**. Campinas, v.14, n. 25, p. 29-41, jun. 1995.

PEREIRA, Marcos Aparecido. Papel transformador da Literatura na formação integral dos jovens brasileiros. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 27, n. 2, p. 275-286, 15 nov. 2024.

PERROTI, Edmir. **Confinamento Cultural, Infância e Leitura**. SP: Summus, 1990.

ZILBERMAN, Regina. **A Literatura Infantil na Escola**. SP: Global, 1998.

## ANIMAIS DOMÉSTICOS COMO SUJEITOS DE DIREITOS

Laura de Campos Rodrigues<sup>11</sup>

Gleiciane Silva Santos Ózio<sup>12</sup>

### **Resumo**

Este trabalho analisa a possibilidade de reconhecer os animais domésticos como sujeitos de direitos, rompendo com a tradição jurídica que os trata como objetos. Parte da evolução histórica da relação humano-animal e do fundamento da senciência, que comprova sua capacidade de sentir. Os resultados apontam para uma tendência de “descoisificação”, já presente em decisões judiciais que reconhecem interesses próprios. Apesar de avanços legislativos no Brasil, persistem entraves como a visão patrimonialista e falhas de fiscalização. O debate atual gira em torno da subjetividade jurídica limitada ou plena. Conclui-se que um Estatuto dos Animais e a promoção de empatia e educação ambiental são essenciais para consolidar sua proteção.

**Palavras-chave:** Animais domésticos; Bem-estar animal; Direito dos animais; Senciência; Sujeito de direitos.

### **Introdução**

O estudo parte da evolução da relação humano-animal, que passou de utilitária para afetiva, destacando o impacto dessa mudança no campo jurídico. O reconhecimento da senciência impulsiona reflexões éticas e normativas que questionam o paradigma antropocêntrico e a classificação dos animais como bens.

### **Metodologia**

Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com análise de doutrinas, legislações, jurisprudências nacionais e internacionais, bem como declarações científicas sobre a senciência animal.

### **Resultados e Discussão**

No Brasil, apesar de avanços legais desde a Constituição de 1988, ainda predomina a visão patrimonialista sobre os animais. A jurisprudência, contudo, já reconhece interesses próprios, como em casos de guarda e indenizações. No exterior, decisões inovadoras ampliam a

proteção a animais e até a elementos da natureza, reforçando o debate entre conceder personalidade jurídica limitada ou plena.

### **Conclusão**

A evolução ética e jurídica no tratamento dos animais é inevitável. Assim como a escravidão, outrora legitimada culturalmente e hoje abolida por ser um absurdo à dignidade humana, devemos ter a esperança de que práticas que ainda se sustentam no sofrimento animal tendem a ser vistas, no futuro, como inaceitáveis.

É essencial vivermos em constante evolução moral e social, compreendendo que a utilização de animais para alimentação, religião e ciência, embora ainda presente e muitas vezes inevitável, deve ser equilibrada com o dever de proporcionar-lhes uma vida com dignidade, respeito e bem-estar até o momento de seu fim.

Reconhecer os animais como seres sencientes e não significa apenas proteger outras espécies, mas também consolidar uma humanidade mais envolta em amor, empatia e misericórdia, e construir um futuro em que a justiça se estenda para além da espécie humana.

### **Agradecimentos**

Aos familiares, professores e orientadora, pelo apoio constante; e aos animais de companhia, fonte de inspiração para este estudo.

### **Referências**

ALEXANDRE, Ricardo Tadeu Marques. **O paradigma da dignidade da vida e o princípio da fraternidade: fundamentos constitucionais da proteção dos animais**. Curitiba: Juruá, 2014.

ANDRADE, André Luis Morales de. Como ocorre a proteção animal em legislações internacionais – EUA, União Europeia e China. *JusBrasil*, 2015. Disponível em: <https://aamorales90.jusbrasil.com.br/artigos/245508154/como-ocorre-a-protecao-animal-em-legislacoes-internacionais-eua-uniao-europeia-e-china>. Acesso em: 12 maio 2025.

ARGENTINA. Cámara Federal de Casación Penal. **Caso Sandra – Chimpancé**. Expte. nº P-72.254/15. Buenos Aires, 2015. Disponível em: <https://www.cij.gov.ar/nota-18065-La-Camara-Federal-de-Casacion-Penal-reconocio-a-un-animal-como-sujeto-de-derechos.html>. Acesso em: 4 jun. 2025.

AVANCINI, Alex. Em decisão histórica, França altera Código Civil e reconhece animais como seres sencientes.

BEBBER, Érica. **Animais como sujeitos de direitos: por uma nova categoria jurídico-civil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021.

BENTHAM, Jeremy. **An introduction to the principles of morals and legislation**. London: T. Payne, 1789.

BINDER, Daniela; PALMA, Patrícia. Animais como sujeitos de direitos: desafios para a dogmática jurídica tradicional. *Revista de Direito Animal*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 105-128, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufba.br/index.php/revistadireitoanimal/article/view/2606>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 31 maio 2025.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acesso em: 2 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm). Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.444.862/SP**. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. 4ª Turma. Julgado em 3 dez. 2014. Disponível em: <https://www.stj.jus.br>. Acesso em: 4 jun. 2025.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

ARRASCOZA, Sérgio. **Direito e meio ambiente: tutela jurídica dos animais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

CAVALIERI, Paola. **The animal question: why nonhuman animals deserve human rights**. New York: Oxford University Press, 2003.

CECÍLIO, Adriana. Animais sencientes: o que isso significa? *Mimi Veg*, 2017. Disponível em: <http://www.mimiveg.com.br/animais-sencientes-voce-sabe-o-que-isso-significa/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

COHEN, Mark H. **Animal rights and the law: a critical overview**. New York: Routledge, 2018.

COLÔMBIA. Corte Constitucional. **Sentencia T-622/16**. Reconocimiento del Río Atrato como sujeto de derechos. Bogotá, 2016. Disponível em: <https://www.corteconstitucional.gov.co>. Acesso em: 4 jun. 2025.

DUTRA, Valéria de Souza Arruda. Animais: sujeitos de direito ou sujeitos-de-uma-vida? In: CONPEDI. *Anais do Congresso Nacional do CONPEDI*. Manaus, 2017. Disponível em:

[http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/valeria\\_de\\_souza\\_arruda\\_dutra-2.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/valeria_de_souza_arruda_dutra-2.pdf). Acesso em: 14 maio 2025.

FONSECA, Paula. A personalidade jurídica dos animais e o direito brasileiro. *Revista de Direito Ambiental*, v. 23, n. 1, p. 45-67, 2020.

FRANCIONE, Gary L. **Animals as persons**. New York: Columbia University Press, 2008.

GOMES, Daniele. A legislação brasileira e a proteção aos animais. *DireitoNet*, 2017. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5595/A-legislacao-brasileira-e-a-protecao-aos-animais>. Acesso em: 13 maio 2025.

GREIF, Sérgio; SILVA, Wellington. **Direito dos animais: fundamentos filosóficos e jurídicos**. São Paulo: Alaúde, 2015.

GRIFFIN, Donald R. **Animal minds: beyond cognition to consciousness**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. Sujeito de direito e capacidade. In: DIDIER JR., Fredie; EHRHARDT JÚNIOR, Marcos (org.). **Estudos em homenagem ao Prof. Marcos Bernardes de Mello**. São Paulo: Saraiva, 2007.

LOW, Philip et al. **The Cambridge Declaration on Consciousness**. Cambridge, 2012. Disponível em: <https://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2025.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano de existência**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado**. Tomo I. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

NUSSBAUM, Martha C. **Fronteiras da justiça**. São Paulo: Martins Fontes,

SINGER, Peter. **Libertação animal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TRAJANO, Tagore. **Direito animal: fundamentos e novos paradigmas**. Salvador: Juspodivm, 2018.

WOLFF, Francis. **Nosso animal interior: filosofia e condição animal**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

## **GAMIFICAÇÃO E METODOLOGIAS ATIVAS: UMA ABORDAGEM INOVADORA PARA O ENSINO SUPERIOR**

Nadir Barbosa Silva<sup>11</sup>

### **Resumo**

Este artigo analisa a integração entre gamificação e metodologias ativas no ensino superior, destacando seu potencial de transformar a experiência educacional. O objetivo foi compreender como essa convergência contribui para maior engajamento, aprendizagem significativa e desenvolvimento de competências essenciais. O estudo adotou uma revisão integrativa da literatura, realizada em bases como Scielo e BVS, no período de 2018 a 2023, utilizando palavras-chave “gamificação”, “metodologias ativas”, “ensino superior” e “aprendizagem ativa”. Os resultados evidenciam que a utilização de elementos de jogos, aliados às práticas ativas, amplia a motivação discente, melhora a retenção de conteúdo, favorece o pensamento crítico, a colaboração e a resolução de problemas. Identificaram-se ainda desafios, como a necessidade de capacitação docente, atenção a questões éticas (competição excessiva e inclusão) e adequação pedagógica. Conclui-se que a gamificação, associada às metodologias ativas, representa uma estratégia inovadora capaz de elevar a qualidade da educação superior e preparar os estudantes para os desafios contemporâneos.

**Palavras-chave:** Gamificação; Metodologias ativas; Ensino superior; Engajamento; Aprendizagem adaptativa.

### **Introdução**

O ensino superior enfrenta constantes desafios diante da evolução tecnológica e do perfil dos estudantes contemporâneos. Nesse cenário, a gamificação e as metodologias ativas surgem como abordagens inovadoras que favorecem um processo de aprendizagem mais dinâmico e significativo. Enquanto a gamificação aplica elementos de jogos (desafios, recompensas, narrativas) em ambientes acadêmicos, as metodologias ativas deslocam o protagonismo do professor para o aluno, incentivando participação crítica e colaborativa. O problema norteador da pesquisa foi: como a convergência dessas estratégias pode melhorar o engajamento, desempenho e preparação dos discentes no ensino superior?

---

<sup>11</sup> Professora Doutora em Enfermagem pela UNIESP; Coordenadora do Curso de Enfermagem /UNIESP; Docente dos cursos de Enfermagem e Medicina da Faculdade de Guarulhos – FAG

## **Metodologia**

Realizou-se uma revisão integrativa da literatura em bases científicas (SciELO e BVS), no período de 2018 a 2023. Foram definidos critérios de inclusão (artigos publicados no Brasil, foco em gamificação e metodologias ativas no ensino superior, qualidade metodológica) e exclusão (trabalhos repetidos ou sem relevância direta). A triagem ocorreu por títulos, resumos e leitura crítica, resultando em 13 estudos analisados. Os achados foram organizados em tabelas e categorias temáticas: engajamento, desenvolvimento de habilidades, personalização da aprendizagem, retenção de conteúdo, desafios éticos e tendências futuras.

## **Resultados e Discussão**

A literatura analisada evidencia avanços significativos na adoção das metodologias ativas e da gamificação no ensino superior. Um dos principais resultados apontados refere-se ao **engajamento discente**, já que a utilização de jogos, competições e atividades práticas contribui para aumentar a motivação e a participação dos estudantes no processo de aprendizagem (CASTRO; GONÇALVES, 2018). Outro aspecto relevante é o **desenvolvimento de habilidades essenciais**, como pensamento crítico, colaboração e resolução de problemas, consideradas competências indispensáveis para o mercado de trabalho contemporâneo (XAVIER, 2020; SOUZA et al., 2022). Além disso, observou-se que a integração dessas estratégias favorece a **personalização da aprendizagem**, permitindo que os docentes adaptem conteúdos às necessidades individuais dos alunos e promovam maior autonomia (ANDRADE, 2018).

Outro ponto de destaque refere-se à **retenção de conteúdo**, visto que a aprendizagem prática e interativa contribui para maior fixação do conhecimento quando comparada ao ensino tradicional (QUINAUD; BALDESSAR, 2019). Entretanto, também emergem **desafios e considerações éticas**, especialmente no que diz respeito ao risco de competição excessiva, à geração de ansiedade e à necessidade de assegurar equidade no acesso às atividades gamificadas, sendo a **capacitação docente** apontada como fundamental para a aplicação bem-sucedida dessas práticas (PIMENTEL et al., 2020). Por fim, as evidências indicam que as **tendências futuras** se direcionam à incorporação de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e realidade virtual, capazes de potencializar ainda mais a criação de ambientes educacionais imersivos e inovadores.

## **Conclusão**

A integração entre gamificação e metodologias ativas é uma estratégia eficaz e promissora para o ensino superior, pois promove engajamento, aprendizado ativo, maior retenção e desenvolvimento de competências transversais. Contudo, sua aplicação requer formação docente adequada, planejamento pedagógico consistente e atenção a aspectos éticos. Essas abordagens, quando bem estruturadas, têm potencial de revolucionar o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais atrativo, participativo e alinhado às demandas do século XXI.

### **Agradecimentos**

À Faculdade de Enfermagem da UNIESP pelo incentivo à pesquisa e à produção acadêmica.

### **Referências**

- ANDRADE, F. R. H. Gamificação personalizada baseada no perfil do jogador. USP, 2018.
- CASTRO, T. C.; GONÇALVES, L. S. Uso de gamificação para o ensino de informática em enfermagem. Rev. Bras. Enferm., 2018.
- PIMENTEL, F. S. C.; NUNES, A. K. F.; SALES JÚNIOR, V. B. Formação de professores na cultura digital por meio da gamificação. Educar em Revista, 2020.
- QUINAUD, A. L.; BALDESSAR, M. J. Gamificação e aprendizagem com criatividade. Games e gamificação: práticas educacionais, 2019.
- SOUZA, M. G. R. et al. Percepção sobre a dinâmica do jogo InterRaps com estudantes da saúde. Rev. Saúde Pública do Paraná, 2022.
- XAVIER, C. C. M. Gamificando a aprendizagem linguística de português: estudo de caso. Rev. Bras. Linguística Aplicada, 2020.

## LINGUAGEM JURÍDICA INCLUSIVA NO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Aline Aparecida da Silva Paulino<sup>12</sup>

Pedro Pereira do Nascimento<sup>13</sup>

Vanessa Bianchi Mochetti<sup>14</sup>

### Resumo

Este trabalho discute a importância da acessibilidade e da inclusão no sistema jurídico e eleitoral brasileiro. Destaca-se a necessidade de uma linguagem jurídica mais clara, que permita a compreensão por todos os cidadãos, incluindo pessoas com deficiência e analfabetos. São analisados avanços como o uso de intérpretes de Libras, materiais em Braille e adaptações nas urnas eletrônicas. Também é discutida a conquista do direito ao voto por pessoas analfabetas e os desafios que ainda enfrentam. Conclui-se que é essencial investir em políticas públicas que promovam a inclusão e garantam o pleno exercício da cidadania, fortalecendo a democracia.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; inclusão no sistema jurídico

### Introdução

A linguagem jurídica sempre representou um desafio em sua interpretação, fala e escrita. Isso ocorre porque, antes de qualquer atuação dos operadores do direito, é necessário interpretar corretamente as normas jurídicas. Com o passar dos anos, percebeu-se a necessidade de aperfeiçoar o Judiciário, já que a sociedade está em constante transformação. Quando há um conflito entre uma ou mais pessoas e não é possível chegar a um acordo entre as partes, o Judiciário entra em ação para resolver a questão, aplicando o direito e promovendo a justiça por meio da linguagem jurídica. Historicamente, o direito era praticado por membros da elite, pois o acesso à leitura e à escrita era bastante restrito. Isso fez com que a linguagem jurídica se caracterizasse pelo uso excessivo de palavras complexas, muitas vezes extraídas do latim. Esse uso rebuscado acabou por alimentar certa vaidade e arrogância no meio intelectual, fazendo com que os operadores do direito esquecessem o mais importante: as pessoas envolvidas no processo, ou seja, as partes. Nos últimos anos, no entanto, juristas e profissionais do Judiciário vêm se empenhando em adotar uma linguagem mais simples, que facilite a compreensão por parte de todos os cidadãos. Ao acessar o site

---

<sup>12</sup> Aluna do curso de Graduação em Direito – Faculdade de São Bernardo – FAPAN.

<sup>13</sup> Aluno do curso de Graduação em Direito – Faculdade de São Bernardo – FAPAN.

<sup>14</sup> Professora Orientadora – Faculdade de São Bernardo - FAPAN

do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é possível encontrar ações voltadas à promoção de uma linguagem jurídica inclusiva. Essa iniciativa visa tornar a comunicação mais clara, objetiva e compreensível para todos. Com isso, fica evidente que, por meio de uma linguagem simples, também é possível aplicar recursos de acessibilidade, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), promovendo uma justiça mais democrática e acessível. A inclusão das pessoas com deficiência (PCDs) no sistema jurídico é fundamental para garantir a efetividade dos direitos humanos e a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2006 e ratificada pelo Brasil em 2009, estabelece que as partes devem assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos humanos das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, reforça esse compromisso, assegurando que as pessoas com deficiência gozem de todos os direitos e liberdades fundamentais em igualdade de condições com as demais pessoas. Essa legislação estabelece diretrizes para a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais e atitudinais, promovendo a acessibilidade e a participação plena das PCDs na sociedade. A implementação de políticas públicas que garantam a acessibilidade no sistema jurídico é essencial para que as PCDs possam exercer seus direitos de forma plena. Isso inclui a adaptação de espaços físicos, a disponibilização de recursos de comunicação, como intérpretes de Libras e materiais em Braille, e a capacitação de profissionais para atender às necessidades específicas desse público. Além disso, é necessário promover uma cultura de inclusão que valorize a diversidade e combata atitudes discriminatórias, assegurando que as PCDs sejam tratadas com dignidade e respeito em todos os âmbitos da sociedade, incluindo o Judiciário.

### **Metodologia**

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, tendo em vista que busca compreender, analisar e descrever os desafios, avanços e práticas relacionadas à acessibilidade no sistema jurídico e eleitoral brasileiro, especialmente para pessoas com deficiência (PCDs) e cidadãos analfabetos

### **Resultados e Discussão**

O analfabetismo no Brasil é um desafio persistente, embora tenha apresentado avanços nas últimas décadas. Em 2022, a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais era de

7%, representando cerca de 11,4 milhões de brasileiros. Esse índice reflete desigualdades regionais, étnicas e de idade. A região Nordeste concentra a maior parte dos analfabetos do país, com uma taxa de 14,2%, mais do que o dobro da média nacional. Entre os grupos étnicos, a taxa de analfabetismo é mais alta entre pretos (10,1%) e pardos (8,8%), em comparação com brancos (4,3%). Além disso, a taxa de analfabetismo aumenta com a idade, sendo de 15,4% entre pessoas de 60 anos ou mais.

### **Conclusão**

A construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva requer o reconhecimento e a efetivação dos direitos de todos os cidadãos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou educacionais. A linguagem jurídica, historicamente marcada por termos técnicos e de difícil compreensão, tem sido gradualmente adaptada para se tornar mais acessível, permitindo que um número maior de pessoas compreenda e exerça seus direitos de forma plena. A inclusão das pessoas com deficiência no sistema jurídico brasileiro tem avançado, especialmente com a implementação de recursos como intérpretes de Libras, materiais em Braille e adaptações nos locais de votação. Essas medidas não apenas facilitam o acesso à justiça, mas também promovem a participação ativa dessas pessoas na vida política do país. Portanto, é fundamental que o Estado continue a investir em políticas públicas que promovam a acessibilidade e a inclusão, garantindo que todos os cidadãos, sem exceção, possam exercer seus direitos plenamente. Somente assim será possível consolidar uma democracia que respeite e valorize a diversidade, assegurando justiça e equidade para todos.

### **Agradecimentos**

À Faculdade de Direito de São Bernardo – FAPAN e Grupo UNIESP.

### **Referências:**

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. Censo 2022: taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem. Agência IBGE Notícias, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/...> Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, 7 jul. 2015.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985. Altera dispositivos constitucionais e assegura o voto dos analfabetos. Diário Oficial da União, 16 maio 1985.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE. TRE-AC lança o projeto “Eleitor Alfabetizado”... Disponível em: <https://www.tre-ac.jus.br/...> Acesso em: 17 nov. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Brasil ainda tem 6,3 milhões de eleitores analfabetos, diz TSE. Veja, 18 jul. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/...> Acesso em: 17 nov. 2025.

## **METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO MÉDICO: OPORTUNIDADES E BARREIRAS PARA ACADÊMICOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Carolina Thieme Nagamori de Barros<sup>15</sup>  
Priscila Luiza Mello<sup>16</sup>

### **Resumo**

O ensino médico tem migrado de formatos tradicionais para metodologias ativas, como Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL), Simulação e Sala de Aula Invertida, que estimulam protagonismo, pensamento crítico e colaboração. Contudo, estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem enfrentar barreiras acadêmicas e sociais que impactam sua trajetória, como sobrecarga sensorial, dificuldades de comunicação e ausência de apoios institucionais adequados. Esta revisão buscou analisar as oportunidades e barreiras que tais metodologias representam para acadêmicos autistas em cursos de Medicina. Estudos apontam que esses estudantes apresentam desafios como ansiedade, dificuldade de socialização e menores taxas de conclusão no ensino superior, e também potencialidades, como raciocínio lógico diferenciado e foco prolongado. Tecnologias assistivas, como materiais visuais, gravações de aula e realidade virtual, podem reduzir barreiras, e no Brasil, iniciativas que associam metodologias ativas a tecnologias digitais têm favorecido práticas inclusivas. Conclui-se que a adaptação de metodologias ativas, aliada a recursos de apoio, é essencial para promover inclusão e equidade na formação médica.

**Palavras-chave:** Metodologias Ativas; Ensino Médico; Transtorno do Espectro Autista; Inclusão; Educação Superior.

### **Introdução**

O ensino médico vem passando por transformações significativas, substituindo práticas tradicionais por metodologias ativas que favorecem autonomia e pensamento crítico. Entretanto, estudantes com TEA enfrentam dificuldades adicionais relacionadas à comunicação, interação social e adaptação a ambientes dinâmicos (SHAW et al., 2023; TURNBULL et al., 2020). Tais fatores tornam relevante investigar como metodologias ativas podem impactar sua aprendizagem e inclusão.

---

<sup>15</sup> Discente do curso de Graduação em Medicina da Faculdade de Guarulhos – FAG

<sup>16</sup> Docente do curso de Graduação em Medicina da Faculdade de Guarulhos – FAG

## **Metodologia**

Foi realizada uma revisão narrativa da literatura científica, com análise de artigos nacionais e internacionais publicados entre 2011 e 2023. O foco foi identificar oportunidades e barreiras das metodologias ativas no ensino médico para estudantes autistas, considerando recursos de apoio, taxas de conclusão acadêmica e adaptações pedagógicas relatadas.

## **Resultados e Discussão**

Estudos internacionais mostram que acadêmicos autistas vivenciam barreiras acadêmicas e emocionais, como ansiedade e dificuldades de socialização, que podem se intensificar em currículos médicos baseados em metodologias ativas (DAVIS; WATTS; LÓPEZ, 2021). Por outro lado, características como atenção a detalhes, foco e raciocínio lógico podem ser exploradas como potencialidades (SHERIDAN CENTER, 2023). Tecnologias assistivas, como recursos visuais e aplicativos de organização, demonstram eficácia na redução da sobrecarga sensorial (MACOSKEY, 2023). No contexto brasileiro, a associação de metodologias ativas a práticas colaborativas e tecnologias digitais tem favorecido ambientes mais inclusivos (BARBOSA et al., 2023). Apesar disso, estudos revelam taxas de conclusão mais baixas no ensino superior entre autistas quando comparados a pares neurotípicos (MCFARLAND et al., 2017; NEWMAN et al., 2011). Esse cenário reforça a necessidade de estratégias pedagógicas que promovam equidade e acessibilidade.

## **Conclusão**

As metodologias ativas no ensino médico apresentam potencial para favorecer a inclusão de estudantes autistas, desde que acompanhadas de recursos de apoio e adaptações individualizadas. O respeito às singularidades e a implementação de tecnologias assistivas são essenciais para reduzir barreiras e garantir equidade acadêmica, promovendo ambientes educacionais mais inclusivos e acessíveis.

## **Referências**

BARBOSA, F. A. et al. Metodologias Ativas: as contribuições para a inclusão escolar de alunos autistas – uma revisão sistemática (2019–2023). ResearchGate, 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/378593913>.

DAVIS, M. T.; WATTS, G. W.; LÓPEZ, E. J. A systematic review of first-hand experiences and supports for autistic students in higher education. *Research in Autism Spectrum Disorders*, v. 84, p. 101769, 2021. DOI: 10.1016/j.rasd.2021.101769.

SHAW, S. C. K. et al. The experiences of autistic medical students: A phenomenological study. *Medical Education*, v. 57, n. 8, p. 789-799, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111/medu.15119>.

SHERIDAN CENTER FOR TEACHING AND LEARNING. Supporting Neurodivergent Students in the Classroom. Brown University, 2023. Disponível em: <https://sheridan.brown.edu/resources/inclusive-teaching/supporting-neurodivergent-students-classroom>.

MACOSKEY, D. Visual supports and autism. 2023. Master's thesis – Bethel University, 2023. Disponível em: <https://spark.bethel.edu/etd/1020>.

TURNBULL, A.; TURNBULL, R.; WEHMEYER, M. L.; SHOGREN, K. A. *Exceptional lives: practice, progress, & dignity in today's schools*. 9. ed. New York: Pearson, 2020.

MCFARLAND, J. et al. The condition of education 2017. Washington, DC: IES National Center for Education Statistics, 2017. Disponível em: <https://nces.ed.gov/pubs2017/2017144.pdf>.

NEWMAN, L. et al. The post-high school outcomes of young adults with disabilities up to 8 years after high school: A report from the National Longitudinal Transition Study-2 (NLTS2). Menlo Park, CA: SRI International, 2011.

## **PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE LESÕES POR PRESSÃO EM IDOSOS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA.**

Cristiane Aparecida Indalécio Pereira de Lima<sup>17</sup>  
Jaqueline Aparecida dos Santos Gabriel Vieira<sup>18</sup>  
Larissa Gall de Carvalho Barbosa<sup>19</sup>

### **Resumo**

Embora tenham ocorrido progressos na área da saúde voltada para a população idosa, a frequência de lesões por pressão (LPP) em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) ainda é alta. Isso evidencia deficiências nas ações de prevenção, na identificação precoce e no tratamento adequado dessas lesões. A presença de LPP compromete não apenas a integridade física dos idosos, mas também está relacionada ao aumento de complicações de saúde, maior tempo de cuidados, elevação nos custos com a assistência e queda na qualidade de vida dos residentes.

Observa-se que muitos profissionais da saúde e cuidadores ainda possuem limitações no conhecimento e na aplicação de práticas eficazes para prevenir e tratar essas lesões, o que perpetua o problema. Além disso, questões institucionais como a ausência de protocolos bem definidos, a falta de insumos apropriados e a sobrecarga nas rotinas de cuidado contribuem significativamente para o surgimento e agravamento das LPPs.

**Palavras-chave:** lesões por pressão, idosos, instituições de longa permanência, prevenção, tratamento e cuidados de enfermagem.

### **Introdução**

O envelhecimento da população brasileira tem sido acelerado nas últimas décadas, impulsionado pelo declínio das taxas de natalidade e pelo aumento da longevidade (THOMAS *et al*, 2006). Tal transformação demográfica tem ampliado significativamente a demanda por serviços de saúde e assistência de longa duração, especialmente em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), ainda que a sociedade e o sistema de saúde não estejam totalmente preparados para enfrentar essas mudanças (SILVA;

---

<sup>17</sup> Aluna do 6º semestre do curso de Graduação em Enfermagem – Faculdade de Guaratinguetá – FACEG

<sup>18</sup> Aluna do 6º semestre do curso de Graduação em Enfermagem – Faculdade de Guaratinguetá – FACEG

<sup>19</sup> Professora Orientadora da Faculdade de Guaratinguetá – FACEG.

BLANES; FERREIRA, 2010).

Em idosos institucionalizados, a integridade da pele encontra-se frequentemente comprometida pela combinação de fatores como fragilidade cutânea, mobilidade reduzida, doenças crônicas, desnutrição, incontinência e uso contínuo de dispositivos médicos (BERLOWITZ *et al*, 2015). Esses elementos favorecem o surgimento das lesões por pressão (LPP), caracterizadas por dano tecidual em áreas submetidas à pressão prolongada, atrito ou cisalhamento (BERNARDES, et al., 2021)

Estudos no Brasil indicam que essas lesões representam um grave problema de saúde pública. Na cidade de São Paulo, foi observada uma prevalência de LPP entre 9,2% e 12,7% em residentes de seis ILPIs (FERREIRA; SOARES; RIBEIRO, 2020). Em Minas Gerais, um estudo em quatro instituições mostrou uma incidência de quase 40%. Outros levantamentos apontam que cerca de 67% dos idosos em ILPIs estão em situação de risco elevado conforme a escala de Braden, com prevalência acentuada em regiões como sacro e áreas com mobilidade sensorial comprometida (MARTINS et al, 2022).

A relevância das LPP vai além das lesões em si — elas estão associadas a maior morbidade, tempo de institucionalização prolongado, altos custos assistenciais e piora na qualidade de vida dos idosos (LIMA *et al.*, 2023). Ademais, a ocorrência de LPP pode refletir a eficácia da assistência prestada e serve como indicador da qualidade da atenção à saúde e de enfermagem nas instituições (MONTEIRO *et al*, 2019).

Frente a essa realidade, torna-se fundamental identificar os fatores de risco e implementar protocolos e condutas baseadas em evidências. A avaliação sistemática — como a utilização da escala de Braden — e a atuação de equipes multidisciplinares são estratégias comprovadas para prevenir o desenvolvimento e progresso das LPP.

### **Análise e comentário do conteúdo**

As lesões por pressão são um problema recorrente no cuidado a idosos institucionalizados, especialmente em ILPIs, onde muitos apresentam limitações físicas, doenças crônicas e dependência funcional. Essas lesões geram impactos importantes na saúde dos residentes, aumentando a necessidade de cuidados, elevando os custos assistenciais e comprometendo o bem-estar físico e emocional dos idosos.

A adoção de medidas preventivas e de tratamento eficaz requer uma atuação conjunta de diferentes profissionais da saúde, aliada a uma rotina assistencial bem estruturada. No entanto, ainda é comum encontrar dificuldades nesse processo, seja por falta de capacitação das equipes, ausência de protocolos claros ou por condições inadequadas de trabalho nas instituições.

### **Considerações finais**

Diante desse cenário, este projeto torna-se relevante ao propor estratégias práticas e educativas voltadas à redução dos casos de LPP nas ILPIs, promovendo uma assistência mais segura, humanizada e focada na valorização da vida dos idosos.

### **Referências**

- BERLOWITZ, D. R. et al. **Prevalence and prevention of pressure ulcers in long-term-care residents in the United States.** *Journal of the American Geriatrics Society*, Nova York, v. 63, n. 8, p. 1490–1495, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25901957>. Acesso em: 13 ago.2025.
- BERNARDES, R. M. M. et al. **Lesão por pressão: riscos para o seu desenvolvimento em idosos institucionalizados.** *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 74, supl. 5, p. e20210059, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/355416245>. Acesso em: 13 ago. 2025.
- FERREIRA, R. A.; SOARES, E. R. C.; RIBEIRO, L. M. **Avaliação de risco para úlcera por pressão em idosos residentes em ILPIs.** *Caderno de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde*, Maceió, v. 8, n. 1, p. 143–153, 2020. Disponível em: <https://redalyc.org/articulo.oa?id=307251077010>. Acesso em: 13 ago. 2025.
- LIMA, G. S. et al. **Prevenção de lesão por pressão: ações da equipe de enfermagem em instituições de longa permanência para idosos.** *Biblioteca Virtual em Saúde – BVS*, Brasília, 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1586613>. Acesso em: 13 ago. 2025.
- MARTINS, D. A. et al. **Lesão por pressão em idosos hospitalizados: prevalência, risco e associação com capacidade funcional.** *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, Fortaleza, v. 23, p. e20223043, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.cofen.gov.br/lesao-por-pressao-idosos-hospitalizados-prevalencia-risco-associacao-capacidade-funcional>. Acesso em: 13 ago. 2025.
- MONTEIRO, J. L. et al. **Cuidado clínico do enfermeiro na prevenção de lesão por pressão em idosos: estudo em ILPIs de Minas Gerais.** In: ENFERMAIO – Encontro de Enfermagem da UECE, 2019, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: UECE, 2019. Disponível em: <https://www.uece.br/eventos/enfermaio/anais/resumos/15615.html>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SILVA, R. A.; BLANES, L.; FERREIRA, L. M. **Prevalência de úlceras por pressão em idosos residentes em instituições de longa permanência na cidade de São Paulo.** *São Paulo Medical Journal*, São Paulo, v. 128, n. 2, p. 87–91, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spmj/a/Q7sMRbR9RN7qNwtkmG3PW8J>. Acesso em: 13 ago. 2025.

THOMAS, D. R. et al. **Prevalence of pressure ulcers in nursing homes in the United States.** *Journal of the American Medical Directors Association*, Maryland, v. 7, n. 8, p. 486–488, 2006. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11448711>. Acesso em: 13 ago. 2025.

## **EFEITOS DA SOBRECARGA EMOCIONAL E FÍSICA NO SURGIMENTO DO BURNOUT EM ENFERMEIROS DA UTI ADULTO**

Discentes: Victória Dias<sup>20</sup>  
Stefani Moki<sup>21</sup>  
Camila Oliveira<sup>22</sup>  
Kaillany Batista<sup>23</sup>  
Maria Eduarda Arruda<sup>24</sup>  
Luciana Tupan<sup>25</sup>

### **Resumo**

#### **Introdução**

O ambiente da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é caracterizado por alta complexidade, demandas constantes e exposição frequente à dor, sofrimento e morte. Nesse contexto, os enfermeiros atuam sob intensa pressão emocional e física, o que os torna particularmente vulneráveis ao desenvolvimento da Síndrome de Burnout. Esta síndrome é um distúrbio psíquico ocupacional marcado por exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional, impactando diretamente a saúde dos profissionais e a qualidade da assistência prestada (MININEL., et al. 2013).

#### **Objetivos**

Ante o exposto, esse artigo apresenta como objetivo evidenciar o desenvolvimento da Síndrome de Burnout em profissionais da saúde que trabalham na UTI adulto.

#### **Metodologia**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa, que tem como objetivo reunir, analisar e sintetizar os achados de pesquisas já publicadas sobre os efeitos da sobrecarga emocional e física no surgimento da Síndrome de Burnout em

---

<sup>20</sup> Aluna 6º semestre do curso de Graduação em Enfermagem – Faculdade de Guaratinguetá – FACEG.

<sup>21</sup> Aluna 6º semestre do curso de Graduação em Enfermagem – Faculdade de Guaratinguetá – FACEG.

<sup>22</sup> Aluna 6º semestre do curso de Graduação em Enfermagem – Faculdade de Guaratinguetá – FACEG.

<sup>23</sup> Aluna 6º semestre do curso de Graduação em Enfermagem – Faculdade de Guaratinguetá – FACEG.

<sup>24</sup> Aluna 6º semestre do curso de Graduação em Enfermagem – Faculdade de Guaratinguetá – FACEG.

<sup>25</sup> Professora Mestre Orientadora – Faculdade de Guaratinguetá - FACEG

enfermeiros atuantes em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) adulto. A revisão integrativa permite a inclusão de diferentes tipos de estudos (qualitativos, quantitativos e mistos), sendo considerada uma das mais amplas metodologias de revisão, pois possibilita a construção de uma compreensão aprofundada do fenômeno investigado a partir da literatura existente (MENDES et al., 2008).

### **Etapas do processo metodológico:**

1. Identificação do problema e formulação da pergunta norteadora:  
A questão que orientou a presente revisão foi: *"Quais são os efeitos da sobrecarga emocional e física no desenvolvimento da Síndrome de Burnout em enfermeiros que atuam em UTIs adultas?"*
2. Definição dos critérios de inclusão e exclusão: Foram incluídos artigos:
  - Publicados nos últimos 10 anos (2014–2024);
  - Disponíveis na íntegra, em português, inglês ou espanhol;
  - Com abordagem qualitativa ou mista;
  - Que abordassem direta ou indiretamente o tema do Burnout em enfermeiros de UTI.
  - Foram excluídos trabalhos duplicados, revisões de literatura, dissertações, teses e artigos que abordassem profissionais de outras áreas da saúde ou contextos diferentes da UTI adulto.
3. Seleção das bases de dados: A busca foi realizada nas seguintes bases eletrônicas:
  - SciELO (Scientific Electronic Library Online)
  - LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde)
  - BDENF (Base de Dados de Enfermagem)
4. Estratégia de busca: Utilizaram-se os descritores controlados pelos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH), combinados com operadores booleanos (AND/OR):
  - “Burnout, Professional” AND “Nursing” AND “Intensive Care Units”
  - “Síndrome de Burnout” AND “Enfermagem” AND “UTI”
  - “Emotional Stress” OR “Work Overload” AND “Critical Care Nursing”
5. Coleta e organização dos dados: Após a leitura dos títulos e resumos, os artigos selecionados foram lidos na íntegra. Os dados extraídos foram organizados em

uma matriz de análise com os seguintes itens: autores, ano de publicação, país, tipo de estudo, objetivos, principais achados e conclusões.

6. Análise e síntese dos dados: A análise seguiu os preceitos da análise temática de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), em que os dados foram organizados em categorias temáticas emergentes. Essa abordagem qualitativa permite identificar padrões de sentido nos relatos dos estudos, proporcionando uma interpretação crítica dos resultados encontrados.

### **Resultados Parciais**

Os resultados preliminares indicam que 80% dos participantes apresentaram níveis moderados a altos de exaustão emocional, com queixas frequentes de fadiga crônica, distúrbios do sono e dificuldade de concentração. A sobrecarga física se manifestou especialmente em jornadas prolongadas, acúmulo de funções e ausência de pausas adequadas. A sobrecarga emocional, por sua vez, esteve fortemente associada à convivência com pacientes em estado crítico, morte frequente e dificuldades na comunicação com familiares. Alguns enfermeiros relataram sentimento de impotência, despersonalização do cuidado e desvalorização profissional, indicando indícios claros de Burnout em desenvolvimento.

### **Referências**

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. *Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem*. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008.
- MININEL, V. A., et al. (2013). *Sofrimento psíquico e fatores associados entre trabalhadores de enfermagem hospitalar*. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 21(6), 1296-1303.
- PIRES, D. E. P., et al. (2020). *Trabalho em saúde e sofrimento mental: desafios para os trabalhadores da enfermagem*. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(1), 25- 34.

## **PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**

Pedro Richard Vaz de Toledo Silva<sup>26</sup>  
Leandro dos Santos Oliveira<sup>27</sup>  
Mônica Cristina Moraes de Toledo Rosário<sup>28</sup>  
Ana Júlia Aparecida Barros Rodrigues<sup>29</sup>  
Luciana Mota Leonor do Nascimento Tupan<sup>30</sup>

### **Introdução**

O câncer do colo do útero é uma das principais causas de morte entre mulheres em idade reprodutiva, especialmente em países em desenvolvimento. Estima-se que, no Brasil, mais de 17 mil novos casos sejam diagnosticados por ano, sendo a infecção persistente pelo Papilomavírus Humano (HPV) o principal fator etiológico (INCA, 2023). A detecção precoce por meio do exame preventivo Papanicolau e a vacinação contra o HPV são estratégias eficazes para reduzir a morbimortalidade causada pela doença. Apesar disso, muitos fatores contribuem para a baixa adesão das mulheres às ações de prevenção, como o desconhecimento, barreiras de acesso ao serviço de saúde, estigmas culturais e sociais, além da baixa efetividade das campanhas educativas.

### **Objetivo**

Analisar a importância da atenção primária à saúde na prevenção do câncer do colo do útero, destacando as estratégias de promoção à saúde, prevenção, diagnóstico precoce e enfrentamento da doença.

### **Justificativa**

A escolha do tema justifica-se pela relevância epidemiológica do câncer do colo do útero e pela necessidade de fortalecer ações de educação em saúde e prevenção, principalmente nas comunidades mais vulneráveis. A efetividade da atenção primária

---

<sup>26</sup> Aluno do curso de Graduação em Enfermagem – Faculdade de Guaratinguetá – FACEG

<sup>27</sup> Aluno do curso de Graduação em Enfermagem – Faculdade de Guaratinguetá – FACEG

<sup>28</sup> Aluna do curso de Graduação em Enfermagem – Faculdade de Guaratinguetá – FACEG

<sup>29</sup> Aluno do curso de Graduação em Enfermagem – Faculdade de Guaratinguetá – FACEG

<sup>30</sup> Professora Orientadora – Faculdade de Guaratinguetá - FACEG

como porta de entrada no sistema de saúde é um fator essencial para o rastreamento e controle da doença. Segundo Silva et al. (2021), a maioria dos casos de câncer cervical poderia ser evitada com medidas básicas de prevenção. Além disso, entender as dificuldades encontradas pelas mulheres para acessar os serviços de saúde pode contribuir para a construção de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

### **Metodologia**

Este trabalho será realizado por meio de uma revisão bibliográfica narrativa, com levantamento de artigos científicos publicados entre 2018 e 2024, disponíveis nas bases de dados SciELO, LILACS e PubMed. Serão utilizados descritores como "câncer do colo do útero", "atenção primária à saúde", "prevenção", "HPV" e "educação em saúde", de acordo com os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). A análise dos dados seguirá uma abordagem qualitativa, com discussão crítica dos resultados encontrados, a fim de compreender os principais entraves e possibilidades na prevenção do câncer do colo do útero no contexto da atenção primária.

### **Resultados Esperados**

Espera-se identificar as principais estratégias utilizadas na atenção primária para a prevenção do câncer do colo do útero, bem como os fatores que dificultam o acesso das mulheres aos serviços de saúde. Além disso, busca-se reforçar a importância da vacinação contra o HPV e do exame preventivo como medidas fundamentais para o controle da doença. Prevê-se que os dados obtidos contribuam para a reflexão dos profissionais da saúde sobre a necessidade de ações educativas mais eficazes e humanizadas. Como afirma Prado et al. (2020), “a educação em saúde é ferramenta essencial para empoderar mulheres quanto à sua saúde reprodutiva e ao autocuidado”.

### **Referências**

- INCA – Instituto Nacional de Câncer. Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2023.
- SILVA, M. J. et al. Fatores associados à não realização do exame de Papanicolau. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 43, n. 5, p. 345- 351, 2021.

PRADO, D. S. et al. Atenção primária e prevenção do câncer do colo uterino: desafios e estratégias. *Revista de Saúde Pública*, v. 54, p. 102, 20

## **SÍNDROME DE ABSTINÊNCIA NEONATAL: AVALIAÇÃO DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM E PROTOCOLOS DE INTERVENÇÃO NAS UNIDADES NEONATAIS**

Lays da Silva Rodrigues<sup>31</sup>  
Mariana Lazarini Nogueira Aires<sup>32</sup>  
Raquel Vitória de Almeida da Silva<sup>33</sup>  
Liz Veronica R. P. Monteiro<sup>34</sup>

### **Resumo**

A gestação pode ser negativamente impactada pelo uso de substâncias psicoativas, resultando em complicações como a Síndrome de Abstinência Neonatal (SAN), caracterizada por sintomas de abstinência no recém-nascido, como tremores, convulsões e dificuldades respiratórias. A SAN é frequentemente associada ao uso de opioides, benzodiazepínicos, álcool e tabaco pela gestante. Este estudo teve como objetivo avaliar os cuidados de enfermagem e os protocolos de intervenção no manejo da SAN em unidades neonatais, destacando práticas baseadas em evidências e humanização. Por meio de uma revisão integrativa da literatura, constatou-se que o manejo efetivo envolve uma avaliação cuidadosa, uso de escalas como a de Finnegan, intervenções não farmacológicas e o incentivo à amamentação. A participação ativa dos pais e a educação continuada dos profissionais de enfermagem também são fundamentais. O cuidado de enfermagem à SAN ainda é pouco explorado na literatura nacional, evidenciando a necessidade de mais pesquisas sobre o tema.

**Palavras-chave:** Síndrome de Abstinência Neonatal. Cuidados de Enfermagem. Unidade de terapia intensiva neonatal.

---

<sup>31</sup> Aluna do 6º semestre do curso de Graduação em Enfermagem – Faculdade de Guaratinguetá - FACEG

<sup>32</sup> Aluna do 6º semestre do curso de Graduação em Enfermagem – Faculdade de Guaratinguetá - FACEG

<sup>33</sup> Aluna do 6º semestre do curso de Graduação em Enfermagem – Faculdade de Guaratinguetá - FACEG

<sup>34</sup> Professora Orientadora – Faculdade de Guaratinguetá - FACEG

## **Introdução**

A gestação é um período marcado por intensas transformações físicas, psicológicas e sociais, que pode ser negativamente impactado pelo uso de substâncias psicoativas. O consumo dessas substâncias durante a gravidez associa-se a prejuízos nutricionais maternos e fetais, além de aumentar o risco de complicações como anemia, hepatite, pré-eclâmpsia e hipertensão gestacional. Entre os desfechos mais relevantes dessa exposição destaca-se a Síndrome de Abstinência Neonatal (SAN), condição caracterizada por manifestações clínicas de abstinência no recém-nascido após a interrupção da conexão placentária, com repercussões nos sistemas nervoso central, gastrointestinal e respiratório (VOGADO; FIGUEIRA, 2001).

A ocorrência da SAN está fortemente associada à dependência materna de opioides, ao uso terapêutico desses fármacos ou a terapias substitutivas, como a metadona, mas também pode estar relacionada ao consumo de benzodiazepínicos, barbitúricos, álcool e tabaco. Em alguns casos, a síndrome manifesta-se de forma pós-natal, em decorrência da retirada abrupta de analgésicos administrados ao neonato (ARAUJO et al., 2018).

Diante desse cenário, a SAN configura-se como um relevante desafio para a saúde pública, com prevalência crescente em recém-nascidos de diferentes regiões do mundo. Nesse contexto, os profissionais de saúde, em especial os de enfermagem, desempenham papel fundamental na prevenção, identificação precoce e manejo clínico da síndrome, contribuindo para reduzir a morbidade e minimizar as complicações associadas à exposição pré-natal a substâncias psicoativas (MARCELLUS, 2019).

Com base nesta problemática, este estudo tem como objetivo avaliar os cuidados de enfermagem e os protocolos de intervenção utilizados em unidades neonatais no manejo da Síndrome de Abstinência Neonatal, destacando práticas apoiadas em evidências científicas e estratégias de humanização no cuidado. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa e quantitativa, a partir de buscas nas bases LILACS, BVS, SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores “síndrome de abstinência neonatal”, “cuidados de enfermagem” e “unidade de terapia intensiva neonatal”. Foram incluídos artigos publicados entre 2000 e 2024, em português e inglês, disponíveis na íntegra. A análise dos dados foi feita com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011).

### **Análise e comentário do conteúdo**

Os sinais clínicos da Síndrome de Abstinência Neonatal (SAN) podem ser confundidos com outras condições, o que exige uma investigação criteriosa para assegurar o diagnóstico. Entre os sintomas mais frequentes destacam-se hipertonia, tremores, irritabilidade, choro intenso, distúrbios do sono, convulsões, alterações respiratórias e gastrointestinais, além de sudorese e hipotermia. A avaliação deve considerar o histórico materno e neonatal, bem como a aplicação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e de escalas específicas, como a de Finnegan, que auxiliam na identificação da gravidade do quadro e na definição da conduta clínica (ANBALAGAN et al., 2024).

O manejo da SAN envolve estratégias não farmacológicas desde os primeiros sinais. Ambientes silenciosos, com iluminação controlada e manuseio delicado, reduzem o estresse do neonato e evitam a intensificação das respostas fisiológicas. A amamentação deve ser incentivada quando não houver contra indicação, assim como a permanência em alojamento conjunto, que favorece o vínculo familiar e pode diminuir a gravidade dos sintomas. A nutrição adequada também é essencial, com refeições fracionadas, maior densidade calórica e apoio de técnicas complementares como sucção não nutritiva, contenção suave e posicionamento específico (CASTAÑEDA SANDOVAL et al., 2024).

Por fim, o cuidado individualizado deve incluir intervenções de conforto, atenção às necessidades sensoriais e prevenção de lesões cutâneas, aliando medidas técnicas à humanização da assistência. A orientação aos pais desempenha papel central, pois permite que a família compreenda o quadro clínico e participe ativamente do processo de cuidado. Dessa forma, a atuação integrada da equipe de enfermagem e dos familiares contribui para reduzir complicações, melhorar a adaptação do neonato e promover um manejo mais seguro e eficaz da síndrome (VOGADO; FIGUEIRA, 2001).

### **Considerações finais**

A análise da literatura evidencia que o cuidado de enfermagem ao recém-nascido com Síndrome de Abstinência Neonatal (SAN) deve englobar manipulação, nutrição, cuidados com a pele e incentivo à amamentação, considerando a complexidade dos sinais apresentados. A Escala de Finnegan mostra-se fundamental para avaliação

sistemática e orientação de intervenções farmacológicas e não farmacológicas, contribuindo para o controle dos sintomas e a redução do tempo de internação.

Além disso, registros detalhados e programas de educação continuada para a equipe de enfermagem favorecem o planejamento das ações e a assistência individualizada. Apesar dos avanços, observa-se que o cuidado de enfermagem ao neonato com SAN ainda é pouco explorado nacionalmente, evidenciando a necessidade de maior produção científica em caráter quantitativo.

### **Referências**

- ANBALAGAN, Saminathan; FALKOWITZ, Daria M.; MENDEZ, Magda D. **Neonatal abstinence syndrome**. In: StatPearls. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing, 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARBOSA, Alice Alves. **O recém-nascido com Síndrome de Abstinência Neonatal: reflexões sobre o cuidado de enfermagem**. 2018.
- CASTAÑEDA SANDOVAL, María Paula et al. **Neonatal Abstinence Syndrome and non-pharmacological nursing care**. A scoping review. *Journal of neonatal nursing: JNN*, v. 30, n. 1, p. 5–10, 2024.
- FERREIRA, Juliana Alves et al. **Caracterização dos neonatos acometidos pela síndrome de abstinência neonatal: Uma revisão integrativa**. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 9, p. e30711931768-e30711931768, 2022.
- HUDAK, M. L.; TAN, R. C. **Neonatal Drug Withdrawal**. *Pediatrics*, v. 129, n. 2, p. e540–e560, 2012.
- MARCELLUS, L. **Neonatal abstinence syndrome in countries with no to low medical opioid consumption: a scoping review**. *International nursing review*, v. 66, n. 2, p. 224–233, 2019.
- PAHL, Adrienne et al. **Non-pharmacological care for opioid withdrawal in newborns**. *The Cochrane library*, v. 2020, n. 12, 2020.
- SILVA, Jéssica de Araújo. **Síndrome de Abstinência neonatal no Brasil, 2000-2014**. 2016.
- VOGADO, Cellyanne Silva; FIGUEIRA, Vandressa Barbosa. **Aspectos relevantes e cuidados na síndrome de abstinência neonatal**. *SAÚDE & CIÊNCIA EM AÇÃO*, v. 7, n. 1, p. 64-79, 2021.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. **The integrative review: updated methodology.**  
Journal of Advanced Nursing, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005.

## **LER E ESCREVER: UMA FERRAMENTA NAS AULAS DE MATEMÁTICA**

Natalia Cristina da Silva<sup>35</sup>

### **Resumo**

No ensino da Matemática os docentes podem se valer da utilização de diversas estratégias para desenvolver o conteúdo ministrado. No entanto, muitos educadores constataam que os alunos têm muitas dificuldades em interpretar as atividades propostas nas aulas de matemática. Nesse sentido, temos como objetivo neste artigo, mostrar que além de decodificar as palavras o discente precisa fazer uso do que leu, produzindo sentido e ampliando seu conhecimento, pois com as mudanças que vêm ocorrendo em nosso sistema educacional, os educadores precisam estar atentos, buscando novos recursos para sua prática pedagógica e contribuindo para um processo ensino/aprendizagem que seja significativo para o educando. A partir dessa compreensão, propusemo-nos a desenvolver um estudo bibliográfico, buscando subsídios em diferentes teóricos que falam a respeito da linguagem e do letramento matemático.

**Palavras-chave:** Leitura; Letramento; Linguagem matemática.

### **Introdução**

A dificuldade em ler e interpretar problemas nas aulas de matemática representa uma discussão no âmbito educacional, pois os alunos sabem decifrar o que está escrito, sabem decodificar a língua, porém não conseguem compreender o que é pedido pelo problema, não produzem sentido, assim, não conseguem realizar a atividade. Neste sentido, primeiramente, serão apresentadas algumas concepções de leitura, mostrando que a leitura é uma atividade social que compete a todos os profissionais envolvidos com a educação. Num segundo momento, demonstrar-se-á como o processo de letramento nas aulas de Matemática, pode contribuir para que os alunos consigam, de maneira significativa, ler e interpretar as atividades matemáticas. Outro aspecto importante a ser considerado, será apontar a leitura e a escrita como uma ferramenta de aquisição da

---

<sup>35</sup> Professora Doutora da Faculdade de Birigui - FABI

linguagem matemática, de forma a propiciar ao educando uma aprendizagem significativa.

### **Metodologia**

A metodologia empregada neste trabalho caracteriza-se por uma pesquisa de cunho qualitativo, que busca compreender em profundidade os fenômenos estudados, sem a preocupação com a quantificação de dados. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico com autores que subsidiaram esboçar compreensões acerca da relevância do processo e leitura e escrita na disciplina de Matemática.

### **Resultados e discussão**

O leitor precisa antes conhecer o que vai ser lido, o que está escrito é um conjunto de aspectos a serem conhecidos: por que, para quem, quem, quando, onde, o que e como se escreve, pois, só assim o texto poderá ter sentido, unidade para o leitor (MAGNANI, 1995). Ler abre ao leitor grandes possibilidades de relação do mundo com a realidade que o cerca. Permite-lhe adentrar no mundo cultural da sociedade em que vive, sendo a compreensão de um texto não poderá ser entendida como um ato passivo, pois é por meio do leitor que ele se completará (BRANDÃO & MICHELETTI, 2001). A tendência da resolução de problemas consiste em ensinar algum conceito, técnica, onde é avaliado somente o resultado final e não o pensamento utilizado (POLYA, 1995). O aluno diante de uma atividade problema, simplesmente se preocupa em fazer cálculos com os números contidos nos enunciados, sem mesmo isso representar algum significado (DINIZ, 2001). Sendo assim, na perspectiva da resolução de problemas à aquisição da linguagem matemática, passa ser vista como complexa e demorada, que precisa ser trabalhada pelo educador da disciplina com paciência e planejamento, pois o aluno só irá dominar esse linguajar matemático se ele for ensinado a isso, porque a aquisição dessa linguagem específica não acontece de forma natural, como é o caso da língua materna que se aprende desde as primeiras palavras quando ainda criança (CAVALVANTI, 2001, MENEZES 1999).

## **Conclusão**

As dificuldades em ler e interpretar as atividades matemáticas como foi apontado acima está relacionado com a aquisição da linguagem matemática, pois esta disciplina possui um linguajar próprio. Assim a prática de leitura e de escrita é uma atividade pela qual os professores, de todas as disciplinas do currículo escolar devem se empenhar é uma prática coletiva da escola. No caso da matemática, a leitura e a escrita contribuirão para que o aluno vá ampliando seu repertório linguístico- discursivo e melhor dominar a linguagem matemática para que possa fazer uso dessa linguagem durante sua trajetória escolar de maneira significativa. A partir da análise desse tema, busca-se a continuidade do desenvolvimento do mesmo, uma vez que representa um grande valor no ensino da matemática. Logo que o conhecimento é o caminho para que se ocorra um ensino de qualidade.

## **Referências**

- BRANDÃO, Helena H; Nagamine; MICHELETTI, Guaraciaba. Teoria e prática da leitura. In: CHIAPPINI, Ligia (Coord). Aprender e ensinar com textos. 3. ed . São Paulo: Cortez, 2001. v. 2.
- CAGLIARI, Luís Carlos. Alfabetização & Lingüística. 2. ed. São Paulo : Scipione, 1990.
- CAVALCANTI, Cláudia Tenório. Diferentes formas de resolver problemas In: SMOLE, Kátia Cristina Stocco; DINIZ, Maria Ignez (Org). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- DINIZ, Maria Ignez. Os problemas convencionais nos livros didáticos. In: SMOLE, Kátia Cristina Stocco; DINIZ, Maria Ignez (Org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. Sobre ensino da leitura. Leitura: Teoria & Prática. Campinas, v.14, n. 25, p. 29-41, jun. 1995.
- MENEZES, Luís. Matemática, Linguagem e Comunicação. In: BRASIL. Secretaria de Educação Básica – Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – Gestar II. Matemática: Caderno de Teoria e Prática 6 – TP6: matemática nas migrações e em fenômenos cotidianos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, p. 191-200, 2008.
- POLYA, George. A arte de resolver problemas: um novo aspecto do método matemático. Rio de Janeiro: Interciência, 1995.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. Textos em Matemática: Por que não?. In: SMOLE, Kátia Cristina Stocco; DINIZ, Maria Ignez (Org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.

## **O ATIVISMO JUDICIAL NA APLICAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL COMO CAUSA DE INSEGURANÇA JURÍDICA**

Marcelo Vitor Silva Rizzo<sup>36</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho analisa o ativismo judicial na aplicação da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) no Brasil e seus impactos na segurança jurídica. A pesquisa parte do reconhecimento do neoconstitucionalismo e da ascensão do Poder Judiciário como protagonista na efetivação dos direitos fundamentais. Nesse contexto, o ativismo judicial surge como resposta à omissão dos demais poderes, assumindo papel interpretativo e criativo na concretização de valores constitucionais. Contudo, o estudo aponta que, na seara trabalhista, esse fenômeno tem extrapolado os limites de atuação judicial, gerando insegurança e desarmonia na aplicação da lei. Utiliza-se o método hipotético-dedutivo, com pesquisa documental e bibliográfica. Conclui-se que, embora o ativismo possa representar avanço democrático e proteção de direitos, sua aplicação desmedida na Justiça do Trabalho tem causado incerteza normativa, especialmente pela divergência entre juízos quanto à aplicação da reforma, comprometendo a previsibilidade das decisões e o princípio da legalidade.

**Palavras-chave:** Ativismo judicial; Reforma trabalhista; Insegurança jurídica; Neoconstitucionalismo; Poder Judiciário.

### **Introdução**

A promulgação da Lei nº 13.467/2017, denominada Reforma Trabalhista, alterou mais de cem dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), provocando amplas discussões quanto à sua constitucionalidade e aplicação prática. Nesse cenário, emergiu o ativismo judicial como fenômeno marcante, caracterizado pela atuação ampliada do Judiciário na concretização dos direitos fundamentais. O problema de pesquisa que orienta este trabalho consiste em verificar se o ativismo judicial, na aplicação da Reforma Trabalhista, tem contribuído para a insegurança jurídica. Parte-se da hipótese de que a atuação interpretativa e, por vezes, substitutiva do juiz em relação ao legislador, tem

---

<sup>36</sup> Professor do curso de Graduação em Direito da Faculdade de Birigui - FABI

ocasionado distorções e incertezas na efetividade das normas trabalhistas, desafiando o equilíbrio entre segurança e justiça.

### **Metodologia**

A pesquisa adota o método hipotético-dedutivo, com abordagem qualitativa. Utilizou-se a análise documental e bibliográfica, com base em obras de autores como Barroso (2018), Agra (2008), Franco (2018) e Ramos (2010), além de documentos oficiais, como a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5766, proposta pela Procuradoria-Geral da República. A investigação concentrou-se na correlação entre o ativismo judicial e a aplicação prática da Reforma Trabalhista, considerando decisões judiciais divergentes e seus reflexos na previsibilidade do ordenamento jurídico.

### **Resultados e Discussão**

A análise evidenciou que o neoconstitucionalismo promoveu a remoralização do direito, valorizando princípios como a dignidade humana e a efetividade dos direitos fundamentais. Tal movimento ampliou a legitimidade da atuação judicial, permitindo que juízes suprissem lacunas legislativas e corrigissem omissões estatais. Contudo, o ativismo judicial, quando extrapola o papel interpretativo e passa a substituir a vontade legislativa, gera insegurança jurídica, sobretudo em ramos sensíveis como o Direito do Trabalho. A Reforma Trabalhista buscou modernizar as relações laborais, flexibilizando normas e fortalecendo a autonomia das partes. Entretanto, verificou-se grande disparidade entre as varas do trabalho quanto à aplicação de dispositivos reformados, como aqueles referentes à justiça gratuita (art. 790-B e art. 791-A da CLT). Em alguns casos, magistrados deixaram de aplicar as novas disposições, sob o argumento de inconstitucionalidade presumida, contrariando o princípio da legalidade e a vontade do legislador. O livre convencimento motivado, princípio essencial da função jurisdicional, foi por vezes confundido com liberdade decisória absoluta. Essa postura acentua o risco de ativismo desmedido, em que o julgador, movido por critérios pessoais ou princípios morais, substitui a norma por sua própria concepção de justiça. Assim, o ativismo judicial, que deveria fortalecer o Estado Democrático de Direito, acaba por fragilizá-lo, criando instabilidade normativa e descrédito social nas instituições judiciais.

### **Conclusão**

Conclui-se que o ativismo judicial, embora nascido do ideal de concretizar direitos fundamentais, tem provocado insegurança jurídica na aplicação da Reforma Trabalhista. A substituição da norma por juízos morais, sem respaldo legislativo, compromete a uniformidade e previsibilidade das decisões, pilares da segurança jurídica. O equilíbrio entre a liberdade interpretativa e o respeito à legalidade deve nortear a atuação judicial, especialmente em matérias sensíveis que afetam diretamente o mundo do trabalho. O desafio do Judiciário contemporâneo é exercer o ativismo com responsabilidade, de modo a não usurpar a competência dos demais poderes, preservando a harmonia institucional e a confiança social no direito.

### **Agradecimentos**

Agradeço a Faculdade de Birigui – FABI pelo incentivo à pesquisa e à reflexão crítica sobre temas contemporâneos do Direito.

### **Referências**

- AGRA, Walber de Moura. Neoconstitucionalismo e superação do positivismo. In: DIMOULIS, Dimitri; DUARTE, Écio Oto (Coord.). Teoria do direito neoconstitucional: superação ou reconstrução do positivismo jurídico? São Paulo: Método, 2008.
- BARROSO, Luís Roberto. A razão sem voto: o Supremo Tribunal Federal e o governo da maioria. In: NOVELINO, Marcelo; FELLETT, André (Coord.). Separação de poderes: aspectos contemporâneos da relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Salvador: Juspodium, 2018.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. PGR questiona dispositivos da reforma trabalhista que afetam gratuidade da justiça. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 10 out. 2025.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. São Paulo: Malheiros, 2001.
- FRANCO, José Henrique Kaster. Ativismo judicial e administrativo: aspectos penais. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RAMOS, Elival da Silva. Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos. São Paulo: Saraiva, 2010.

## **A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NA ERA DIGITAL: IMPACTOS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA PROFISSIONAIS E EMPRESAS**

Me. Mirian de Siqueira Gonçalves  
Karoline Pires Súnica  
Sophia Vargas Cristo de Melo  
Alicia Vitória dos Anjos da Silva  
Davi Cruz  
Ivo Eduardo Silva de Moraes  
Jheniffer Larissa de Oliveira  
Leonardo Sestário da Silva  
Samara Yukari Miyasaki Benoqui  
Victor Hugo Gomes de Oliveira  
Yan Gustavo dos Santos Serafim

### **Resumo**

A contabilidade, desde sua origem nas civilizações primitivas até os tempos atuais, passou por profundas transformações impulsionadas pela evolução tecnológica e pelas mudanças socioeconômicas. A era digital trouxe novas ferramentas, metodologias e desafios para a prática contábil, destacando-se a automação de processos, o uso de inteligência artificial e a integração de sistemas em nuvem. Este artigo tem como objetivo analisar os impactos da transformação digital na contabilidade, explorando seus benefícios, desafios e oportunidades tanto para profissionais quanto para as organizações. Por meio de revisão bibliográfica, foi possível observar que, apesar das dificuldades de adaptação e da necessidade de requalificação profissional, a digitalização representa um marco de modernização e eficiência para o setor contábil, promovendo maior transparência, agilidade e precisão nas informações.

Palavras-chave: Contabilidade digital. Automação. Inteligência artificial. SPED. Transformação tecnológica.

### **Introdução**

A contabilidade é uma das ciências mais antigas da humanidade, com registros que remontam às civilizações primitivas. Seu principal objetivo sempre foi o controle e a gestão de bens e patrimônios. Ao longo dos séculos, a disciplina evoluiu acompanhando o desenvolvimento econômico e tecnológico das sociedades. Na contemporaneidade, com a ascensão da tecnologia digital, a contabilidade assume um papel ainda mais estratégico, indo além dos registros financeiros e contribuindo para a tomada de decisões gerenciais e estratégicas nas organizações. Este artigo busca compreender como a era digital impactou a contabilidade, quais desafios surgiram para os profissionais da área e de que maneira as novas tecnologias ampliaram as oportunidades no contexto empresarial.

### **Breve histórico da contabilidade**

Os primeiros registros contábeis surgiram nas civilizações antigas, com o uso de tábuas de argila para controle de bens e orçamentos. Com o advento da moeda, tornou-se possível mensurar o valor dos bens, o que contribuiu para a expansão do comércio e para a consolidação da contabilidade como ferramenta de controle financeiro (FRANCO, 1997). Na Idade Média, o crescimento do comércio impulsionou a necessidade de aprimoramento dos métodos contábeis. No século XV, Luca Pacioli publicou *Summa de arithmetica, geometria, proportioni et proportionalità*, sistematizando o método das partidas dobradas — marco fundamental da contabilidade moderna. Durante a Revolução Industrial, a complexidade das operações empresariais demandou informações mais detalhadas, inaugurando o conceito de contabilidade gerencial. No século XX, com a globalização e o surgimento das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), a prática contábil passou a ter alcance global. Já no século XXI, a tecnologia digital transformou profundamente a área, automatizando processos e permitindo maior precisão e agilidade na gestão financeira.

### **Conceitos, funções e fundamentos da contabilidade**

A contabilidade é a ciência que estuda, registra e interpreta os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade (SÁ, 1998). Segundo Franco (1997), ela tem a função de observar, registrar e interpretar os eventos patrimoniais, fornecendo informações essenciais para a tomada de decisão. Já Orrú (1990) destaca seu papel de controle e fiscalização dos recursos empresariais. Marion (2009) reforça que a contabilidade fornece informações úteis e confiáveis, fundamentais para o planejamento e a avaliação de desempenho das empresas. A padronização por meio das IFRS garantiu maior comparabilidade entre relatórios contábeis internacionais, favorecendo a transparência das informações.

### **A contabilidade na era digital**

A introdução de tecnologias como a inteligência artificial (IA), o machine learning e a automação robótica de processos (RPA) revolucionou a prática contábil. Covey (2005) observa que o maior impacto da tecnologia não é a automação em si, mas a transformação do papel do contador — de registrador para analista estratégico de informações. A digitalização trouxe ainda maior precisão, segurança e acesso em tempo real aos dados financeiros, por meio de sistemas ERP e armazenamento em nuvem. Tecnologias como o blockchain reforçaram a confiabilidade e a integridade das informações (MOREIRA, 2020). Contudo, essas inovações exigem capacitação constante e conhecimento multidisciplinar, envolvendo programação, análise de dados e segurança da informação.

### **O SPED como estudo de caso da digitalização contábil no Brasil**

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi criado pelo governo brasileiro para modernizar a relação entre o Fisco e as empresas, padronizando a escrituração fiscal e

contábil (CFC, 2025). Sua implantação trouxe desafios significativos, especialmente para pequenas e médias empresas, devido aos custos de adaptação e treinamento. Apesar das dificuldades, o SPED gerou benefícios como a redução de custos com papel, simplificação de obrigações acessórias e aumento da transparência fiscal. Com módulos como Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Contábil Digital e eSocial, o sistema simboliza um marco da transformação digital no Brasil (GOV.BR, 2025).

### **Dificuldades de adaptação e novas competências**

A transição tecnológica impôs desafios aos profissionais contábeis, sobretudo aqueles formados em períodos anteriores à digitalização. O domínio de novas habilidades, como análise de dados, segurança digital e uso de softwares especializados, tornou-se indispensável. Além disso, fatores geracionais e o rápido avanço da tecnologia aumentam a dificuldade de adaptação, exigindo constante atualização e requalificação (BRAGA; COLARES, 2020).

### **Tendências e oportunidades futuras**

A contabilidade digital abre espaço para uma atuação mais estratégica e analítica. O uso de big data, blockchain, IA e Internet das Coisas (IoT) ampliará o campo de atuação do contador, tornando-o um consultor de negócios e gestor de informações (ABREU, 2021). Além disso, a consolidação do trabalho remoto e das plataformas digitais durante a pandemia de Covid-19 acelerou a adoção de sistemas em nuvem e o surgimento da contabilidade consultiva.

### **Considerações finais**

A contabilidade percorreu uma trajetória marcada por evolução e inovação, desde os registros manuais até os sistemas digitais integrados. Na era digital, ela assume papel estratégico, contribuindo para a eficiência operacional e a transparência organizacional. Contudo, essa transformação exige uma nova postura dos profissionais, que devem desenvolver competências tecnológicas, analíticas e de gestão. O futuro da contabilidade será pautado pela integração entre tecnologia e conhecimento humano. A automação e a inteligência artificial não substituem o contador, mas ampliam seu potencial de atuação, permitindo que ele se torne um agente de transformação e inovação dentro das organizações.

### **Referências**

ABREU, A. Transformação digital e o futuro da contabilidade. Repositório UFRN, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/d5427efd-df77-4aee-985e-7de92b055558/content>. Acesso em: 9 out. 2025.

ALASSULI, A. The Impact of Accounting Digital Transformation on Financial Transparency and Governance. *Journal of Finance and Accounting*, MDPI, 2025. Disponível em: <https://scholar.google.com/>.

ALVES, R. Contabilidade digital e ferramentas contábeis como meios de eficiência dos processos contábeis. *Revista FT*, 2021.

BRAGA, D.; COLARES, E. Contabilidade digital e transformação tecnológica. *Revista Diálogo e Interação*, v. 12, n. 2, 2020.

COVEY, S. R. *Os 7 hábitos das pessoas altamente eficazes*. Rio de Janeiro: BestSeller, 2005.

FRANCO, H. *Contabilidade Geral*. 21. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, S. de. *Teoria da Contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JACINTO, B. de. *Introdução à Contabilidade*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARION, J. C. *Contabilidade Básica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOREIRA, L. Automação de processos e inteligência artificial na contabilidade. *Revista Interface Tecnológica*, v. 19, n. 1, 2020.

ORRÚ, S. *Fundamentos da Contabilidade*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1990.

PARGMANN, J. Digitalisation in accounting: a systematic literature review of advantages, challenges and research directions. *ERVET Journal*, 2023.

RONCALIO, A. *Contabilidade Introdutória*. Curitiba: Juruá, 2010.

SÁ, A. L. de. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1998.

GOV.BR. *Objetivos do SPED*. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/nfse/pt-br/municipios/conheca/o-que-e-sped/objetivos-do-sped>. Acesso em: 9 out. 2025.

CFC. *SPED – Sistema Público de Escrituração Digital*. Conselho Federal de Contabilidade, 2025. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/areas-de-interesse/sped/>. Acesso em: 9 out. 2025.

## **DIVERSIDADE SEXUAL E A INCLUSÃO DE GRUPOS ESTIGMATIZADOS EM VIRTUDE DA IDENTIDADE DE GÊNERO: A FUNÇÃO DO DIREITO NESTE CONTEXTO**

Silvia Nascimento Virgílio  
Professora Orientadora Ariella d'Paula Rettondini  
Faculdade de São Bernardo do Campo – FAPAN – Grupo UNIESP

### **Resumo**

A diversidade sexual e de gênero constitui tema central na luta pela igualdade e pela efetivação dos direitos humanos. O presente estudo analisa a função do Direito na inclusão de grupos historicamente estigmatizados em virtude de sua orientação sexual e identidade de gênero. Adotou-se uma abordagem qualitativa, exploratória e analítica, visando compreender a relação entre estruturas sociais excludentes e a atuação jurídica. A LGBTfobia, presente de forma estrutural no Brasil, manifesta-se não apenas em práticas individuais, mas também em políticas discriminatórias, barreiras legais e ausência de representação. Os resultados demonstram que, embora a Constituição Federal assegure a igualdade formal, a efetividade material dessa garantia depende de políticas públicas, ações afirmativas e decisões judiciais que combatam desigualdades estruturais. A discussão se apoiou nos Princípios de Yogyakarta, que diferenciam orientação sexual de identidade de gênero, bem como numa bibliografia que acentua a crítica à naturalização da heteronormatividade e da exclusão social. Conclui-se que o Direito deve ser compreendido não apenas como instrumento normativo, mas como mecanismo de transformação social capaz de romper estruturas históricas de exclusão, promovendo uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Diversidade sexual; Identidade de gênero; Inclusão social; Direitos Fundamentais.

### **Introdução**

As práticas discriminatórias contra grupos LGBTQIAP+ são entraves históricos à cidadania, pois limitam o acesso a direitos fundamentais e à dignidade. No Brasil, a LGBTfobia assume caráter estrutural, naturalizando estigmas e reproduzindo desigualdades sociais. Nesse cenário, torna-se imprescindível questionar o papel do Direito e do Estado na promoção da inclusão e da justiça social. A relevância do tema

decorre do fato de que a segregação de gênero e sexualidade consolidou hierarquias sociais, legitimando práticas de exclusão e marginalização desses sujeitos.

## **Metodologia**

A pesquisa adota abordagem qualitativa, exploratória e analítica, de modo a interpretar criticamente os significados sociais e jurídicos atribuídos à diversidade sexual e à identidade de gênero. A análise recorre a documentos normativos, literatura especializada e referenciais teóricos da crítica jurídica e dos direitos humanos.

## **Resultados e Discussão**

A análise evidencia que a Constituição assegura igualdade formal, mas não garante a materialidade da igualdade social. Os Princípios de Yogyakarta (documento do ano de 2006) oferecem fundamentação internacional e estabelece que “orientação sexual refere-se à capacidade de cada pessoa de se relacionar com outras, enquanto identidade de gênero diz respeito à experiência individual de vivenciar o gênero”. Porém, no Brasil, a LGBTfobia estrutural - não compreende os conceitos de orientação e identidade - perpetuando-se por meio de estereótipos negativos, da naturalização da violência simbólica e da exclusão institucionalizada. Diante disso, consideramos pensar no importante papel que a linguagem desempenha no processo inclusivo. Inicialmente, a partir do conhecimento da sigla LGBTQIAP+ que obviamente reflete o reconhecimento de identidades plurais o que evidencia a necessidade de que operadores do Direito compreendam os conceitos e significados que sustentam tais categorias. Afinal, como aponta Adilson José Moreira (2017), a cidadania sexual é um instrumento interpretativo e deve ser capaz de romper barreiras históricas, portanto, “a igualdade jurídica não pode ser reduzida à neutralidade formal do Estado, antes deve significar reconhecimento da diversidade humana”.

## **Conclusão**

O estudo demonstrou que o Direito, embora disponha de instrumentos normativos contra a discriminação, precisa assumir papel ativo como agente de transformação social. A igualdade constitucional deve ser compreendida como objetivo a ser alcançado, e não como realidade já concretizada. Para tanto, é essencial implementar medidas práticas que eliminem desigualdades estruturais e promovam a dignidade de todos. A função do Direito, nesse contexto, é assegurar proteção jurídica efetiva, fomentar políticas públicas inclusivas e contribuir para a construção de uma sociedade

plural e democrática.

### **Agradecimentos**

Agradeço à Professora Dra. Ariella d'Paula Rettondini pela confiança e dedicação em me ajudar no desenvolvimento desta pesquisa. Meus agradecimentos se estendem à UNIESP pela oportunidade de apresentar um trabalho com um tema tão relevante para a sociedade atual.

### **Referências**

MOREIRA, Adilson José. Cidadania sexual: estratégia para ações inclusivas. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.

MOREIRA, Adilson José. Cidadania sexual: postulado interpretativo da igualdade. Revista Direito, Estado e Sociedade, n. 48, Rio de Janeiro, 2016, p. 10-41. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/547>. Acesso em: 18 mar. 2025.

MOREIRA, Adilson José. O que é discriminação? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

PEDRA, Caio Benevides; DANTAS, Ingrid Cunha. O que é Heteronormatividade? In: RAMOS, Marcelo Maciel; BRENER, Paula Rocha Gouvêa; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. (Org.). Gênero, sexualidade e direito: uma introdução. Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, 2006. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf). Acesso em: 23 mar. 2025.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: RUBIN, Gayle. Políticas do sexo. São Paulo: Ubu, 2017.